

## **Tribunal de Recurso timorense declara Fundo de Veteranos inconstitucional**

Lusa, 13 Dez. 2022, Dili -- "Acordam os juizes que constituem o plenário do Tribunal de Recurso em declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade, por violação dos princípios da proporcionalidade e da utilização justa e igualitária dos recursos naturais (...) respetivamente dos artigos 1 e 139 da Constituição", refere o acórdão.

O artigo 139 destaca, entre outros aspetos, que "os recursos do solo, do subsolo, das águas territoriais, da plataforma continental e da zona económica exclusiva, que são vitais para a economia, são propriedade do Estado e devem ser utilizados de uma forma justa e igualitária, de acordo com o interesse nacional".

A decisão do coletivo de juizes dá assim razão ao pedido de fiscalização abstrata da constitucionalidade do FCLN, solicitada pelo Presidente da República, José Ramos-Horta.

Nesse pedido, enviado no final de agosto, José Ramos-Horta questionava em particular a criação do FCLN, com um valor inicial de mil milhões de dólares, a serem utilizados do Fundo Petrolífero (FP), que fazia parte do OGE retificativo e que volta a estar incluído na proposta do OGE para 2023.

Na ocasião, o chefe de Estado considerou que a criação do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FCLN) -- com um valor total de mil milhões de dólares (valor equivalente em euros) - "não parece ter qualquer relação com o objetivo declarado do orçamento de ajudar os membros da população que foram e são diariamente os mais afetados pelos efeitos dos desastres naturais e da atual situação económica global".

O pedido enviado para o Tribunal de Recurso pedia que fosse avaliada a constitucionalidade relativamente a cinco artigos da constituição relacionados com os objetivos do Estado, valorização da resistência, universalidade e igualdade, ambiente e desenvolvimento sustentável e recursos naturais.

"Preocupa-me particularmente que a criação do Fundo dos Veteranos ofenda o princípio da igualdade perante a lei, a distribuição justa do produto nacional e o uso justo e equitativo dos recursos naturais e o dever e obrigação do Estado de garantir e salvaguardar o desenvolvimento da economia e dos princípios do benefício mútuo e da solidariedade intergeracional", sublinhou.

Ramos-Horta, ele próprio um veterano da luta contra a ocupação indonésia -- que durou entre 1975 e 1999 --, reconheceu o trabalho dos combatentes pela independência, mas apontou fatores que "causam preocupação e que estão relacionados com a preservação do benefício mútuo e da solidariedade intergeracional".

No atual contexto nacional e global em particular, o Presidente diz que é preciso "reconhecer a existência de outras prioridades urgentes de ajuda, não discriminatória, em relação aqueles que foram e continuam a ser diretamente afetados pelos efeitos das catástrofes naturais e da crise económica global".

No pedido, apontam-se vários aspetos "materialmente inconstitucionais" da lei que não visam o "objeto legítimo" da lei, que era de "abordar, com urgência e o mais rapidamente possível, como uma prioridade, as condições económicas e os problemas que os setores mais afetados da sociedade enfrentam".

"Os veteranos constituem, no máximo, 2% da população em geral, a dotação para o FCLN ascende a 90% do Orçamento Retificativo, 30% do orçamento anual total e 5% do Fundo Petrolífero é de natureza discriminatória", notou.

"Dada a dimensão da população veterana, o montante da dotação orçamental, a falta de informação sobre o estatuto económico e a situação da população veterana, e tendo em conta os interesses concorrentes dos diferentes grupos em causa, as medidas empreendidas na lei a respeito da criação do FCLN não são razoáveis", enfatiza.

# Timorese Court of Appeal declares Veterans Fund unconstitutional

**Lusa, 13 Dec 2022** -- The Timorese Court of Appeal considered the new National Liberation Combatants Fund, created in the 2022 rectification of the General State Budget (GSB), unconstitutional, according to the decision to which Lusa had access.

“The judges who constitute the plenary of the Court of Appeal agree to declare, with general binding force, the unconstitutionality, for violation of the principles of proportionality and fair and equal use of natural resources (...) respectively of articles 1 and 139 of the Constitution”, says the judgment.

Article 139 highlights, among other things, that “the resources of the soil, the subsoil, the territorial waters, the continental shelf and the exclusive economic zone, which are vital to the economy, are the property of the State and must be used in a fair and equal manner, in accordance with the national interest.”

The decision of the panel of judges thus supports the request for an abstract review of the constitutionality of the FCLN, requested by the President of the Republic, José Ramos-Horta.

In this request, sent at the end of August, José Ramos-Horta questioned in particular the creation of the FCLN, with an initial value of one billion dollars, to be used from the Petroleum Fund (FP), which was part of the rectifying GSB and that is again included in the proposed GSB for 2023.

On the occasion, the head of state considered that the creation of the National Liberation Combatants Fund (FCLN) -- with a total value of one billion dollars - “does not seem to have any relationship with the stated objective of the budget to help those members of the population who have been and are daily the most affected by the effects of natural disasters and the current global economic situation.”

The request sent to the Court of Appeal asked that the constitutionality be assessed in relation to five articles of the constitution related to the objectives of the state, valorization of resistance, universality and equality, environment and sustainable development, and natural resources.

“I am particularly concerned that the creation of the Veterans’ Fund offends the principle of equality before the law, the fair distribution of the national product and the fair and equitable use of natural resources and the duty and obligation of the state to guarantee and safeguard the development of the economy and the principles of mutual benefit and intergenerational solidarity”, he underlined.

Ramos-Horta, himself a veteran of the struggle against the Indonesian occupation -- which lasted from 1975 to 1999 -- acknowledged the work of independence fighters, but pointed to factors that “cause concern and that are related to the preservation of mutual benefit and intergenerational solidarity”.

In the current national and global context in particular, the President says it is necessary to “recognize the existence of other urgent, non-discriminatory aid priorities for those who have been and continue to be directly affected by the effects of natural disasters and the global economic crisis.”

The petition points out several “materially unconstitutional” aspects of the law that do not target the “legitimate object” of the law, which was to “urgently and as quickly as possible address, as a priority, the economic conditions and problems facing the most affected sectors of society.”

“Veterans constitute at most 2% of the general population, the allocation to the FCLN amounts to 90% of the Supplemental Budget, 30% of the total annual budget, and 5% of the Petroleum Fund is discriminatory in nature,” he noted.

“Given the size of the veteran population, the amount of budget allocation, the lack of information about the economic status and situation of the veteran population, and taking into account the competing interests of the different groups concerned, the measures undertaken in the law regarding the creation of the FCLN are unreasonable”, he emphasized.